

## **Discurso de Ódio no Ambiente Digital: microagressões contra a candidata Duda Salabert à prefeitura de Belo Horizonte<sup>1</sup>**

Isabella Mudesto Dias COSTA<sup>2</sup>

Jules Strogoff de Castro MATOS<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG

**RESUMO:** Este artigo analisa o discurso de ódio direcionado a Duda Salabert (PDT) durante sua campanha à Prefeitura de Belo Horizonte em 2024, com base em 69 mensagens ofensivas encontradas na seção de comentários do YouTube após o debate transmitido pela TV Band em 8 de agosto. Utilizando a Análise de Conteúdo e Redes (Bardin, 2011; Cervi, 2019) e o conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020), o estudo investiga como a discriminação se expressa no ambiente digital. Apesar de as mulheres representarem 52,7% do eleitorado, apenas 15,5% das prefeituras são lideradas por elas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Política; Mulher; Discurso de Ódio; Transfobia

### **INTRODUÇÃO**

Em 2024, o cenário político e eleitoral segue atravessado por discursos de ódio nas plataformas digitais, especialmente contra candidatas mulheres, refletindo a intolerância e a resistência à diversidade na esfera pública. Termos como “traveco”, “bicho” e “homem vestido de mulher” são utilizados para deslegitimar a identidade de Duda Salabert, negando sua existência e reforçando narrativas transfóbicas. Expressões como “pilantra” buscam ridicularizar e desqualificar sua trajetória política, enquanto

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 15SE - Estratégias de comunicação política: propaganda eleitoral, campanha permanente e gêneros, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) e Graduada em Comunicação Social– Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: dias.isabella@estudante.ufjf.br.

<sup>3</sup> Mestrando em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) e Graduada em Comunicação Social– Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: julesstrogoffufjf@gmail.com

palavras como “feia”, “vergonha” desviam o debate para ataques pessoais, em vez de discutir propostas e ideias. Essas manifestações evidenciam como a violência simbólica opera na desumanização de candidatas que desafiam normas de gênero, utilizando o ambiente digital como espaço para a disseminação de discursos excludentes e discriminatórios.

Essa sensação de hostilidade se reflete nos resultados eleitorais. Nas eleições municipais de 2024, embora tenha havido um leve crescimento na presença feminina, a paridade de gênero continua distante. As mulheres representam 52,7% do eleitorado, mas apenas 15,5% das prefeituras foram conquistadas por prefeitas, com um aumento de 8,6% em relação ao pleito anterior. No legislativo municipal, as vereadoras eleitas corresponderam a 18,24% do total, um crescimento de 13% em comparação com 2020. No entanto, a representatividade feminina permanece limitada, especialmente nas capitais, onde nenhuma mulher foi eleita prefeita no primeiro turno, e poucas avançaram para o segundo. Além disso, a maioria das prefeitas eleitas em 2024 está vinculada a partidos de direita ou centro, como o MDB, PSD e PP, indicando que não houve avanços significativos em pautas feministas e identitárias, refletindo a persistência de um cenário conservador.

Esses dados refletem um cenário político ainda marcado pelo androcentrismo, conforme apontam Biroli e Miguel (2014) e Bourdieu (2002). A sub-representação feminina na política é resultado de estereótipos de gênero, discriminação e desigualdades estruturais que limitam a participação de mulheres nos espaços de poder. Apesar de alguns avanços, a polarização política e os ataques virtuais reforçam um ambiente de exclusão e violência simbólica, sobretudo contra candidatas que desafiam normas de gênero.

Diante desse contexto, este artigo investiga o discurso de ódio direcionado à candidata Duda Salabert (PDT) durante sua campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte em 2024. A pesquisa analisa 69 ofensas coletadas na seção de comentários do YouTube durante o debate da TV Band, transmitido em 8 de agosto de 2024. Utilizando a Análise de Conteúdo e Redes (Bardin, 2011; Cervi, 2019) e o conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020), o estudo discute como a discriminação se manifesta no ambiente digital. Os ataques analisados mostram um padrão que atravessa marcadores sociais como identidade de gênero, aparência e moralidade, demonstrando que o discurso

de ódio não apenas desqualifica a candidatura, mas também reforça a marginalização de mulheres trans na política.

## **2. Metodologia e *Corpus* de Análise**

Este estudo analisa o discurso de ódio direcionado a Duda Salabert (PDT) durante sua campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte em 2024. A partir de 69 comentários ofensivos identificados na seção de comentários do YouTube durante o debate transmitido pela TV Band em 8 de agosto de 2024, a pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo e Redes (Bardin, 2011; Cervi, 2019) e o conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020) para compreender como as discriminações se manifestam no ambiente digital.

Os comentários foram analisados com base nos marcadores sociais identificados nas microagressões, como gênero, identidade de gênero, partido e aparência. A pesquisa reflete como esses discursos de ódio, muitas vezes sutis, permeiam as interações online, abordando não apenas a candidatura, mas também a condição de mulher trans na política.

A plataformização, segundo José van Dijck (2013), é considerada um fator importante, já que as redes sociais amplificam esses discursos, potencializando o alcance da violência simbólica e da discriminação.

## **4. Fundamentação Teórica**

As tecnologias digitais, desde seu desenvolvimento, reproduzem as relações de poder e opressão presentes em nossas sociedades. Donna Haraway (2019) e Morozov (2017) destacam como as plataformas digitais têm sido moldadas por dinâmicas de poder que, longe de serem neutras, favorecem estruturas existentes de controle e dominação. Silva (2020a) observa que, no contexto da produção tecnológica, há um “treinamento enviesado de sistemas que não apenas pressupõem uma tendenciosidade, mas que intensificam discriminações e opressões”, refletindo violências materiais e simbólicas em diversas esferas da vida social. O que vemos, portanto, é que essas plataformas amplificam as desigualdades estruturais, e é crucial nomear essas violências para conferir-lhes visibilidade e demandar respostas.

Nesse cenário, as microagressões, conceito proposto por Pierce (1969) e detalhado por Silva (2020a), são uma manifestação de violência que ocorre de maneira sutil, mas

constante. O termo “micro” não faz referência ao grau de intensidade da agressão, mas à sua pervasividade e à forma como se infiltra nas interações cotidianas. Segundo Taina Butler (2015), essas microagressões frequentemente reforçam a subalternidade de grupos marginalizados, como as mulheres, e se manifestam nas mais variadas formas de opressão: sexismo, etariedade, discriminação partidária, religiosa, pela cor da pele, aparência e classe social. No contexto da política, as mulheres enfrentam essas violências sutis que muitas vezes não são identificadas como agressões explícitas, mas que funcionam para manter as desigualdades existentes.

As plataformas digitais, como espaços de interação e comunicação, não apenas reproduzem essas microagressões, mas também potencializam o espaço onde elas se manifestam. Contudo, elas também oferecem uma nova arena para a resistência. Donna Haraway (2019) sugere que, embora as tecnologias digitais possam amplificar as opressões, elas também criam oportunidades para que as mulheres se articulem, resistam e reivindiquem seus direitos em um espaço tradicionalmente dominado por estruturas patriarcais. Nesse sentido, as tecnologias podem ser vistas como instrumentos de amplificação da esfera pública, proporcionando visibilidade e voz a movimentos feministas, mas também desafiando as estruturas de poder dominantes.

Habermas (1997), ao desenvolver sua Teoria da Ação Comunicativa, reconhece que a formação da opinião pública é influenciada pela mídia, mas suas reflexões não contemplam adequadamente as desigualdades que surgem na própria esfera pública. Enquanto a teoria de Habermas se concentra em um espaço ideal de debate democrático, ele não aborda profundamente as formas como as mulheres e outros grupos marginalizados são constantemente excluídos ou silenciados nesse processo. Nancy Fraser (1990), por sua vez, amplia essa crítica ao argumentar que a esfera pública de Habermas é insuficiente porque não reconhece as desigualdades estruturais que impedem uma participação igualitária, especialmente para mulheres e outras minorias. A autora (1990) propõe que a luta por justiça social deve passar pela criação de “esferas públicas múltiplas”, que permitam uma verdadeira comunicação livre e sem opressão, onde as vozes marginalizadas possam se fazer ouvir.

A internet e as plataformas digitais, conforme observam Oliveira e Fernandes (2022), funcionam como um espaço híbrido, onde o mundo sistêmico – ligado à política e à economia – se entrelaça com o mundo da vida, que envolve as questões cotidianas e

as demandas sociais. Essa fusão proporciona a emergência de novos discursos, incluindo aqueles que desafiam a violência simbólica, mas também perpetuam as desigualdades históricas. A intersecção desses mundos é o que permite, por um lado, a reprodução de microagressões e, por outro, a articulação de novas formas de resistência e mobilização política.

As microagressões, portanto, surgem como uma forma de violência simbólica que, embora muitas vezes invisível, tem um impacto profundo na forma como as mulheres e outras minorias se relacionam com a esfera pública. Contudo, ao se manifestarem nas plataformas digitais, essas microagressões podem ser estudadas e nomeadas, oferecendo uma oportunidade única de visibilidade e, potencialmente, de transformação. Compreender como as microagressões nas esferas digitais afetam as mulheres na política é crucial para entender como as interações nesse novo espaço de comunicação moldam as experiências de poder, resistência e reivindicação de representatividade.

## **5. Considerações Finais**

No Brasil, a participação política das mulheres está profundamente ligada a percepções sociais que refletem dinâmicas históricas de opressão. Embora as mulheres tenham alcançado avanços, ainda enfrentam desafios para obter uma representação equitativa no poder. A literatura revisada, focada na desigualdade de gênero, revela como as estruturas sociais e políticas continuam a marginalizar as mulheres, tanto na esfera pública quanto privada (Bourdieu, 2002; Beauvoir, 1980).

As plataformas digitais, embora inicialmente vistas como espaços de debate democrático, frequentemente se tornam locais de disseminação de discursos de ódio e intolerância, dificultando a participação política plena das mulheres. Ao analisar a campanha de Duda Salabert (PDT) em 2024, percebe-se que o discurso de ódio não se manifesta apenas por ataques diretos, mas também por microagressões sutis, que perpetuam desigualdades e deslegitimam candidaturas femininas. Esses ataques, frequentemente baseados em estereótipos de gênero, classe, religião e aparência, criam um ambiente onde a mulher precisa constantemente provar sua competência para ser ouvida.

Portanto, a análise das microagressões e do discurso de ódio nas plataformas digitais revela a necessidade urgente de compreender como essas dinâmicas afetam a

participação política feminina. Combater essas formas de violência simbólica é crucial para criar uma esfera pública mais inclusiva e democrática, onde todas as vozes, especialmente as femininas, sejam respeitadas e valorizadas.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEAVOUIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARAWAY, Donna. Ciborgues e simbioses: viver junto na nova ordem mundial. **Revista ClimaCom, Coexistências e Cocriações**, v.8, n.20, p.1-17, 2021.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOROZOV, Evgeny. Opposing the Exceptionalism of the Algorithm. In: VAN ES, Karin; SCHAEFER, Mirko Tobias (Ed.). **The datafied society: studying culture through data**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.
- OLIVEIRA, Luiz Ademir; *et al.* Eleições municipais: estratégias da candidata Margarida Salomão à Prefeitura de Juiz de Fora. **Revista Estudos Políticos**, v. 13, n. 25, p. 141-168, 2022.
- SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código**. In: SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiáspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020.
- VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: A critical history of social media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.